

Movimentos Sociais, Mídia e construção de um novo Senso Comum¹

Débora Franco Lerrer²

Doutoranda no CPDA/ UFRRJ - Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo: Este trabalho tem por objetivo interpretar questões que envolvem os movimentos sociais contemporâneos, tomando como viés o fato de que a visibilidade de suas lutas depende profundamente da mediação dos meios de comunicação de massa, já que em sociedades complexas, definidas também como “sociedade da informação”, a própria experiência da realidade social assenta-se nas informações oriundas de escalas locais, nacionais e planetária, recebidas de fontes e aparatos tecnológicos diversos, observando-se, porém, que estas mensagens são reforçadas por redes de relações interpessoais, como vizinhança, parentesco, ambiente de trabalho, estudo e/ou lazer. Este raciocínio teórico será desenvolvido a partir do caso da prisão de líderes do MST do Pontal do Paranapanema, especialmente a mulher do mais conhecido deles, José Rainha, Diolinda Alves de Souza.

Palavras-chave: questão agrária, movimentos sociais, mídia, senso comum, sociedade da informação

Os movimentos sociais fizeram sua irrupção conceitual na história contemporânea associado ao movimento operário, cujas lutas por direitos sociais alargaram à força os limites previstos pelos Estados liberais de então, bem como forjaram novos consensos que foram abrindo caminho para a inscrição de novos direitos. Da luta dos movimentos operários por uma jornada de trabalho de oito horas para a conquista de feriados e férias remuneradas até os movimentos sociais contemporâneos, muitos dos quais centrados no meio ambiente, nas questões de gênero, controle de territórios (e/ou nacionalistas), de minorias étnicas e religiosas, percebe-se que a naturalização dos novos valores dos quais eram porta-vozes foi tributária do fato de que suas “palavras de ordem” foram de algum modo ouvidas no espaço público, ou seja, mediatizadas pelos meios de comunicação que operavam em suas respectivas épocas.

Considerar a camada que envolve a relação dos movimentos sociais com os meios de comunicação de massa e a arena construída entre ambos como um espaço de análise se inspira em uma observação publicada em um jornal francês no século retrasado e reproduzida por Patrick Champagne (1998: 179)

¹ Trabalho apresentado ao NP 12 – Comunicação para a Cidadania, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Jornalista e docente, mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP e Doutoranda no CPDA/ UFRRJ. Autora do livro “Reforma Agrária: os Caminhos do Impasse”, Editora Garçoni, São Paulo, 2003 e editora da site brasileiro do *Le monde diplomatique*, www.diplo.com.br

“Foram os jornais dedicados à política de todos os matizes que inventaram os Meetings e as Manifestações para espicaçar a curiosidade dos leitores e aumentar suas tiragens. O único meio de impedir as manifestações encontra-se menos no reforço da força armada do que na abstenção de notícias veiculadas por esta imprensa”

La Revue des travaux publics (22 de março de 1883)

Descontando-se o exagero da proposição que atribui aos jornais do século XIX a criação destas formas de mobilização e não aos movimentos sociais que muitas vezes eram representados por estas publicações, é fato que se a dominação e as formas de controle social fossem monolíticas nas sociedades onde se travaram essas batalhas, teria sido particularmente fácil para o sistema coibi-las, simplesmente proibindo sua visibilidade nos meios de comunicação de massa. Subterraneamente, entretanto, esses valores consubstanciados na demanda por novos direitos, apesar das oposições, muitas vezes violentas, que enfrentavam, vinham já infiltrando-se nas redes de sociabilidade, construindo lentamente um novo senso comum e abrindo caminho para que fossem reconhecidas e incorporadas pela sociedade e, a seguir, formalizadas pelo Estado. Entretanto, como se trata de lutas antagonistas, é importante ter em mente que o processo de cristalização e naturalização das demandas encampadas pelos movimentos sociais é longo, com avanços e recuos. Neste percurso, quando os chamados “limites de compatibilidade” do sistema são pressionados, é comum acionarem-se processos de silenciamento destas lutas, de forma mais ou menos eficaz, particularmente dentro do panorama atual, dominado por grandes corporações de mídia, que, no caso do Brasil, estão nas mãos de menos de uma dezena de famílias.

Para esta análise, utilizo-me da conceituação que Alberto Melucci faz de “movimentos sociais” para se analisar as lutas sociais contemporâneas, tendo como pano de fundo seu relacionamento com os meios de comunicação de massa. Melucci define movimento social, como: “ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere”. Neste processo, ele dá particular ênfase à construção da identidade coletiva, que para ele não é um dado ou uma essência e sim “produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre os atores” (2001:23), ou seja, é uma identidade interativa e compartilhada, resultante do que “vários indivíduos produzem acerca das orientações da ação e o campo de oportunidades e de vínculos que esta ação se coloca” (2001: 68). É através deste processo que se criam novos códigos culturais e as novas alternativas simbólicas que definem a identidade coletiva que não são produto somente de decisões pautadas na “racionalidade instrumental”, pois incorporam fortes ingredientes emocionais.

Segundo Melucci, o papel dos movimentos sociais, os “profetas do presente”, é “provocar a visibilidade do poder, obrigando-o a tomar forma” e, desse modo, explicitar “conflitos e necessidades de mudança”, operando “como motores de transformação e como reveladores dos pontos mortos, das contradições, dos silêncios que os aparatos dominantes tendem a ocultar” (Melucci, 2001: 123).

Esta definição de movimento social é interessante para se analisar o processo empreendido pela luta pela terra no Brasil, onde o maior sujeito coletivo é o Movimento Sem Terra, sob o aspecto simbólico de enraizamento ou não de um novo consenso em torno do “valor” democratização da terra através de uma reforma agrária, principal bandeira de luta deste movimento social altamente organizado. Ou seja, a definição de Melucci sugere um caminho de análise da luta por reforma agrária como “luta simbólica”, nos termos de Bourdieu, ou seja, “pelo poder de conservar ou transformar o mundo social, conservando ou transformando as categorias de percepção deste mundo”(Bourdieu, 1989:142). Trata-se, portanto, de uma luta social pela imposição de novos significados e novos códigos culturais, considerando-se, neste caso, o modo como ela é deflagrada na arena virtual dos meios de comunicação de massa.

Embora este trabalho se apóie na conceituação que Melucci dá aos movimentos sociais, não compartilho com sua crença de que hoje o sistema não tem mais centro, constituindo-se em “uma rede de relações entre diferenciadas e relativamente autônomas estruturas que devem ser mantidas em equilíbrio” (1996:208). Por esta razão, segundo ele, “nenhuma mudança pode afetar simultaneamente todos os níveis do sistema, já que cada um de seus vários componentes funciona de acordo com sua própria lógica”.

Considero inteiramente possível identificar o centro do sistema capitalista contemporâneo, sobretudo do ponto de vista de um país inserido de forma subordinada na ordem global, hoje dominada pelo capital financeiro e pelas corporações transnacionais. Isto porque, em uma época em que há o predomínio da globalização neoliberal, o espaço do mercado tem hoje peso consideravelmente maior do que os demais cinco espaços estruturais (doméstico, da produção, da comunidade, da cidadania e mundial) conceituados por Boaventura de Souza Santos (2000). Estes espaços são articulados aos seis modos básicos de produção de poder, de direito e de conhecimento que se inter-relacionam como constelações políticas que se articulam de maneira específica e promovem múltiplas dimensões de desigualdade e opressão. Tendo-se em vista que o projeto sócio-cultural da modernidade acabou confundindo-se com a trajetória hegemônica dos processos e relações capitalistas de acumulação, no atual estágio do capitalismo, a regulação está subordinada a processos sociais

hegômnicos que orbitam predominantemente em torno do princípio de mercado que, como ressalta Jameson, “é a um só tempo uma ideologia e um conjunto de problemas práticos institucionais”³ que vem fundamentando a globalização do capitalismo financeiro ao mesmo tempo em que é visto como a panacéia para todos os males da sociedade contemporânea, já que sua retórica vem servindo para legitimar ou deslegitimar discursos à direita e à esquerda.

Mais especificamente, se formos olhar para o lado da questão levantada pelo MST, ou seja, em termos de combate ao monopólio da terra, a centralidade do lugar social dos grandes proprietários rurais e a manutenção de sua influência política ao longo da história brasileira, suas sucessivas metamorfoses, incorporando a práticas arcaicas conteúdos “modernos”, em suma, sua hegemonia social, deve-se ao fato de que eles se articulam com valores dos espaços de mercado e de produção, mas sua importância e ênfase no atual governo brasileiro se sustenta pela centralidade dada pela atual política econômica às divisas obtidas com a exportação de produtos primários produzidos em grandes fazendas altamente tecnificadas. Portanto, o fato de os grandes proprietários rurais brasileiros poderem ser identificados com conceitos hegômnicos, no atual estágio do capitalismo, indica que a cerca das grandes propriedades rurais são “limites de compatibilidade do sistema” rígidos, o que sugere que uma eventual alteração desta estrutura fundiária tende a gerar desdobramentos mais profundos na sociedade brasileira e, mesmo, latino-americana.

A formação do senso comum e as lutas sociais

O conceito « movimento social » desenvolvido por Alberto Melucci é herdeiro das preocupações teóricas que seu compatriota, Antonio Gramsci desenvolve em seu texto « Introdução ao Estudo da Filosofia e do Materialismo Histórico » (1978: 21-39). Nele, o grande teórico marxista redefine os termos « filosofia » e « filosoficamente », associado costumeiramente a um conhecimento produzido e dirigido por uma elite intelectual, para a concepção de que “filosofia” é « dar ao próprio agir uma direção consciente », ou seja, é um modo de reflexão próprio de “toda a gente”. Este processo é o que construiria o “bom senso”, o « núcleo sadio » do senso comum. Gramsci pontua, entretanto, que não existe um só senso comum, pois ele é “um produto e um devir histórico” e que a filosofia, este agir consciente, promove a crítica e a superação da religião e do senso comum, que não constituem uma ordem intelectual porque “não podem reduzir-se a unidade e coerência ‘livremente’, se bem que ‘autoritariamente’ isso poderia ocorrer”. Ou seja, a imposição de determinadas idéias, tratadas como verdades inquestionáveis, muitas vezes através de técnicas de persuasão e uso de

³ Jameson, Frederic. O pós-modernismo e o mercado. In: Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 268-284.

elementos discursivos que apelam para a emocionalidade cria apelo e adesão por parte das massas. Mas se a variedade de fontes de informação representar de fato informações com variados pontos de vista, a imposição de consensos de forma autoritária torna-se mais difícil e esse consenso social passa a ser produto de mediações mais complexas, abrindo caminho para uma reflexão mais consciente.

“Criar uma nova cultura” , para Gramsci, portanto, é muito mais do que “fazer individualmente descobertas « originais ». Significa também e especialmente difundir criticamente verdades já descobertas, « socializá-las », por assim dizer, e fazer com que se tornem bases de ações vitais, elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral.” (1978:23). A partir desta redefinição conceitual, ele levanta o questionamento chave: “por que e como se difundem, tornando-se populares, as novas concepções de mundo?” (Gramsci,1978: 35). Na concepção de Melucci, esse resultado é o que indicaria a eficácia da ação dos movimentos sociais, ou seja, quando a inovação cultural da qual são portadores é incorporada pela sociedade e os valores enunciados por eles tornam-se naturalizados, criando um novo senso comum. Gramsci continua seu questionamento, argumentando interrogativamente o que estaria influenciando esse processo de difusão, onde as lutas sociais ainda se dão com o uso das palavras velhas, mas construindo nesta ampliação de seu significado, sua superação. Seriam “a forma racional em que a nova concepção é exposta e apresentada, a autoridade (enquanto reconhecida e apreciada pelo menos genericamente) do expositor e dos pensadores e cientistas que o expositor chama em sua defesa, o pertencer à uma mesma organização de quem sustenta a nova concepção (depois porém de ter entrado na organização por outro motivo que não seja o compartilhar a nova concepção)?”, pergunta ele (Idem: 35).

Procurando responder um pouco a questão colocada por Gramsci, a partir da análise de Sidney Tarrow, pode-se considerar que os meios de comunicação de massa são hoje em dia os espaços que são mais socialmente autorizados para difundir as informações produzidas pelos movimentos sociais, constituindo um novo senso comum, embora muitas vezes condenando-os e estigmatizando-os socialmente. Isto porque estes veículos de comunicação instituem-se enquanto negócio a partir de um pacto de credibilidade estabelecido com seus consumidores pelo qual se define que suas produções simbólicas retratam a realidade social. Seus leitores, telespectadores e ouvintes utilizam-se desses serviços imbuídos desta crença que compõe substancialmente a experiência do social nas sociedades contemporâneas. Como observa este autor, “os movimentos contemporâneos são mais dependentes da formação de um consenso através da mídia do que a mídia é dependente deles” (Tarrow,129). Por esta razão, para ampliar seus participantes, divulgar nacionalmente suas ações, impressionar o poder e o

resto da sociedade com sua força, esses movimentos precisam estruturar suas ações em uma linguagem que chame a atenção das mídias e faça com que ela as transmita. Mas, ao “fazerem a notícia”, os movimentos também entram em uma esfera de risco de significação, pois “não podem fazer a mídia publicar essas notícias do jeito que lhes é mais favorável”(Idem).

Independente de conquistarem ou não a atenção das mídias para pressionar o Estado a atender suas demandas, os movimentos sociais contemporâneos investem na construção de mobilizações inovadoras que agreguem seus participantes, com seus símbolos, bandeiras, músicas, palanques e microfones, porque estas ações se fundam também na construção interna da solidariedade de seus militantes, fortalecendo seus laços entre si e sua vinculação ao movimento, independente de serem ou não ignoradas pelas autoridades governamentais. Junto a essas práticas, esses movimentos também foram incorporando técnicas como as coletivas de imprensa convocadas para um horário adequado para aparecer nos principais telejornais televisivos, assim como foram destacando alguns de seus militantes para funcionar como porta-vozes e servir de referência para os jornalistas, cuja produção simbólica segue regras de construção que visam obter o maior grau aparente de objetividade, produzindo discursos que, por exemplo, precisam sempre das tais “aspas”, oriundas da fala de uma liderança que possua prestígio para desempenhar esse papel. Deste modo, os próprios movimentos sociais foram construindo formas de se relacionar com esses profissionais de mídia e seus veículos de modo a garantir visibilidade para suas demandas porque também os consideram espaços autorizados, embora pouco confiáveis, para a difusão dos novos valores que sua luta social constrói.

Este relacionamento dos movimentos sociais com a mídia acaba sendo determinante em uma sociedade como a atual, em que a experiência da realidade social se dá intensamente por informações mediatizadas pela televisão, rádio, internet e páginas de jornais e revistas, e onde as diversas formas de mobilização ativadas pelos movimentos sociais dependem muito de que sua “palavra” esteja presente nessas arenas virtuais, cuja forma e conteúdo estruturam os quadros cognitivos dos consumidores de comunicação e a realidade na qual operam e tomam posições. A própria linguagem mobilizatória criada pelos movimentos sociais é muitas vezes construída tendo em vista atingir esse alvo. É, portanto, através desses veículos de comunicação onde pode ser constatado ou não o processo de consolidação da “nova cultura” proposta pelos movimentos sociais, gerando um novo consenso que torna-se, futuramente, parte do senso comum.

Por outro lado, como Melucci observa, o ambivalente “discurso público” fornecido pela mídia é “produto resultante de um complexo jogo de interações, no qual intervêm, certamente, os objetivos e interesses dos grupos de poder e dos aparatos públicos”, e para o

qual contribuem “com um papel não subalterno” os profissionais de comunicação e os usuários dessas produções simbólicas que compõem este discurso público através “da filtragem das mensagens, da ativação das redes comunicativas quotidianas, das escolhas de consumo que levam aos diversos meios” (Melucci, 2001:144).

É esta incorporação de “todos” na análise da produção simbólica da mídia, ou seja, dos intelectuais, dos profissionais da comunicação, dos atores políticos, cidadãos e consumidores de mensagens das mídias na construção da ambivalência do discurso público, cada qual “em graus diversos e com diverso poder e conhecimento”, que remete à questão do senso comum levantado por Gramsci. Ou seja, existe um repertório do qual é retirado este discurso, ele próprio composto por diversas camadas de senso comum, vinculadas muitas vezes às atividades profissionais de determinados grupos sociais e, claro, algumas delas mais influentes do que as outras, como é o caso do senso comum dos jornalistas. Todos participam, de certo modo, da construção do discurso midiático porque na hora de se pautarem, ou seja, quando as redações dos veículos de comunicação definem o que será objeto de cobertura jornalística, os profissionais da comunicação partem de um senso comum que pressupõe o que deve chamar mais atenção de seu público, ou seja, eles são dotados de um senso comum direcionado para a produção desta construção social chamada notícia, produção simbólica que se constitui no relato de eventos socialmente relevantes, cuja singularidade frequentemente depende não só da factualidade como também do apelo emocional que são capazes de suscitar, já que dentro da profusão de mensagens que são produzidas no nosso cotidiano, os critérios de racionalidade na seleção destes eventos, como observa Gramsci, já não são mais suficientes.

Por esta razão, a escolha das mensagens nas quais iremos ou não prestar atenção em meio a um mundo em que circulam tantas e diversas informações, que serão comentadas com familiares, vizinhos, conhecidos, colegas e amigos, optando-se até por procurar saber mais e participar mais ativamente de seus desdobramentos é produto da posição social e do capital cultural e social que cada um de nós carrega. Criar sensibilidade ou não a determinadas problemáticas que não fazem parte do cotidiano, por exemplo, de quem mora em grandes centros urbanos, como é o caso da concentração da propriedade da terra no Brasil, pode ser fruto de um acaso qualquer, pois dificilmente buscam-se informações que não atingem diretamente o nosso cotidiano se elas não têm capacidade de produzir impactos, manchetes e imagens fortes.

As prisões de Diolinda

Em 30 de outubro de 1995, a mulher do líder do MST no Pontal, José Rainha Jr. foi presa pela primeira vez no Estado de São Paulo. Diolinda Alves de Souza abriu a porta da casa

para os policiais, recebendo-os como visitas. Eles entraram, deram-lhe ordem de prisão e a algemaram na frente do filho João Paulo, então com 2 anos, que ela acabava de trazer de uma consulta médica, onde teria marcado uma cirurgia. No mesmo dia, outra liderança do Pontal, Marcio Barreto, foi preso no Fórum da Cidade, depois de atender ao convite do delegado de polícia para ir até lá para ter uma conversa. Ninguém até então sabia que corria, em sigilo, um processo por formação de quadrilha que arrolava além dos dois presos, José Rainha e Laércio Barbosa, que conseguiram escapar da cadeia, se escondendo na própria região. A prisão preventiva de Diolinda e de Marcio havia sido solicitada pelo juiz da Comarca de Pirapozinho, cujo inquérito baseava-se sobretudo nas reportagens que saíam nos jornais de São Paulo, citando ela e os demais como líderes das “invasões” de terra que o MST vinha promovendo nas terras do Pontal do Paranapanema. Diolinda, na época, comandava um programa de rádio do MST na região, mas não era propriamente uma liderança das ocupações de terra. Já havia participado da Coordenação Nacional do MST e militado pelo movimento em outros estados mas, após o casamento com Zé Rainha, vinha dedicando-se mais a cuidar da casa e do filho do casal.

De qualquer modo, as circunstâncias da prisão de Diolinda, algemada dentro de sua casa e na frente do filho de 2 anos, sensibilizaram os jornalistas e seus editores que já vinham dando atenção aos conflitos de terra ocorridos na região. Esta atenção acabou gerando grande repercussão, levado-a para a capa nos jornais de circulação nacional, tornando-a objeto de matérias de TV e de rádio durante os 17 dias de sua prisão, que geraram, além das mobilizações de protesto organizadas pelo MST em todo país, visitas de personalidades políticas como o atual presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva aos dois militantes presos. A detenção na capital paulista tornou Diolinda uma celebridade solicitada para inúmeras entrevistas e reportagens especiais e programas de TV após sua soltura.

Uma dessas reportagens foi capa da Revista da Folha, publicação dominical do jornal Folha de S. Paulo, com foto da sem-terra tirada no estúdio de um badalado fotógrafo de moda, Bob Wolfenson.. O perfil assinado pelo repórter Armando Antenore descreve a moça que havia ganho notoriedade repentina com a prisão e que passava a dar um rosto fotogênico para a luta do MST. Militante experiente e articulada, Diolinda repetia em várias dessas ocasiões, inclusive nesta entrevista dada durante a sessão de fotos, que estava “aproveitando a oportunidade para divulgar” a causa do MST. “Quem está famosa não é a Diolinda. É a luta pela reforma agrária”, disse ela, com um “tom” que o repórter classificou como “messiânico”. A reportagem cita que ela já tinha sido presa outras três vezes por ter participado de ocupações de terra em Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Maranhão e Paraná, “nenhuma tão longa e

rumorosa quanto a quarta, no Carandiru”⁴. Apesar de seu currículo prisional, naquele ano Diolinda foi chamada até pelo “Fantástico” para participar do amigo secreto promovido pelo programa da TV Globo que ia ao ar no período natalino.

A repercussão da primeira prisão da Diolinda pegou de surpresa o próprio MST que já havia lidado com a prisão de vários de suas lideranças, sobretudo durante o governo Collor. Seu procedimento usual para obter o relaxamento das prisões preventivas era a promoção de campanhas públicas entre entidades, personalidades e organizações “amigas” para o envio de cartas para pressionar os Tribunais de Justiça estaduais a revogarem as detenções, o que evidentemente levava mais tempo. Uma de suas destacadas lideranças femininas, Ivonete Tonin, a Nina, tinha amargado seis meses de prisão, em Dourados no Mato Grosso do Sul em 1992. Em entrevista ao *Jornal Sem Terra*⁵ quando ainda estava detida, Nina, então com 22 anos, já refletia sobre a decisão do juiz local de mantê-la presa, apesar do relaxamento da prisão de outros dez sem-terras presos com ela durante o despejo de uma ocupação em Rio Brillante, em julho do mesmo ano. “Nós, os trabalhadores, e os donos do poder sabemos porque eu estou aqui. A opinião pública é que pode não saber”. De acordo com uma campanha que o MST vinha promovendo na época para obter sua liberdade, o juiz João Rosa de Lima negava o relaxamento da prisão de Nina porque ela representava “perigo para a ordem pública”. Em 1995, a situação política em torno da luta pelo MST era outra e, sobretudo, no caso de Diolinda, sua detenção se dera em um presídio na capital paulista, o que, descobriu-se rapidamente, fazia uma grande diferença.

Apesar da notoriedade e da simpatia que conquistara junto à opinião pública, menos de três meses depois de sua primeira e midiaticizada detenção, Diolinda foi presa pela segunda vez no dia 25 de janeiro de 1996, pela mesma acusação de formação de bando e quadrilha. Zé Rainha, avisado da prisão enquanto participava do Encontro Nacional do MST, em Salvador, conseguiu escapar novamente, assim como Marcio Barreto, mas outros militantes do Pontal, como Felinto Procópio, Laércio Barbosa e Cláudio Cano acabaram presos na mesma ocasião. Desta vez, Diolinda foi detida no Presídio Feminino de Álvares Machado, em uma cela com outras cinco mulheres que cumpriam pena por tráfico de drogas, roubo de carros e homicídio. Os demais militantes presos foram levados para a Cadeia Pública de Presidente Prudente. A distância da capital paulista já se fez sentir na diminuição da cobertura jornalística desta

⁴ Revista da Folha (edição paulistana), domingo, 17 de dezembro de 1995. Nas edições nacionais do jornal “Folha de S. Paulo”, as principais reportagens desta revista sai publicada no corpo do jornal, no caderno “Cotidiano”.

⁵ *Jornal Sem Terra*, novembro de 1992, pág.11.

detenção. A ida de personalidades como a então deputada Marta Suplicy e do senador Eduardo Suplicy é o que atraía holofotes para o local.

Não por acaso, portanto, a segunda detenção de Diolinda, no interior de São Paulo, foi bem mais longa: 46 dias. Os líderes do MST do Pontal só foram libertados no dia 12 de março, a partir de uma decisão, até então inédita, do Superior Tribunal de Justiça. Os juízes deram o *habeas corpus* afirmando que a prisão preventiva no caso do processo por bando e quadrilha envolvendo os líderes do MST era desnecessária por que não os consideravam ameaça à ordem pública, visto que lutavam pela implantação de um programa – a reforma agrária – que era previsto na própria Constituição do país. Solicitaram, entretanto, que houvesse pagamento de uma fiança de R\$ 667,00 por cada um dos indiciados que continuariam a responder ao processo em liberdade.

A terceira prisão de Diolinda ocorreu em 10 de setembro de 2003. Seu marido, José Rainha, estava preso desde julho do mesmo ano. Talvez não por acaso, já que em maio, alguns meses antes, Rainha fora capa de uma reportagem de capa da revista *Veja*, que retratava um grande acampamento de sem-terras que estava se formando na região do Pontal, motivado em grande parte pelas expectativas geradas pelo governo Lula. Quando os mandados de prisão foram expedidos por ordem do juiz Átis de Souza Araújo, de Teodoro Sampaio, descobriu-se que também estava arrolado no processo por formação de quadrilha o irmão dele, Carlos Rainha, que é advogado e trabalhava na secretaria nacional do MST, na cidade de São Paulo. Era o primeiro ano do governo Lula e foi a primeira vez, nos 20 anos de existência deste movimento social, que sua sede nacional fora cercada pela polícia. Os policiais, imbuídos do mandado de prisão, queriam entrar nas dependências do prédio no bairro central de Campos Elísios para prender o advogado, que não se encontrava no local e permaneceu foragido até a obtenção do *habeas corpus* que soltou Diolinda e outros nove integrantes do MST presos, no dia 3 de novembro. Zé Rainha que respondia também a um processo por porte ilegal de armas só foi solto em dezembro. Desta vez, poucas pessoas ouviram falar da prisão da militante do MST, agora mãe também de uma menina, Sofia. Foram cerca de dois meses de cárcere e pouca repercussão midiática.

As prisões de Diolinda retratam os percursos recentes da luta pela reforma agrária no Brasil e, de certo modo, são um sintoma do impasse que cerca esta medida política no país. Em 1995, a mulher de Zé Rainha cativou os profissionais da imprensa com sua história. Em 2003, primeiro ano do governo Lula, sua prisão e o próprio cerco à Secretaria Nacional do MST, na capital paulista, não foram percebidos por eles como um fato jornalístico digno de nota, mesmo no contexto de um governo do Partido dos Trabalhadores. Usando expressão cunhada pelo

jornalista, Bob Fernandes, estes eventos foram recebidos com “estrandoso silêncio”, sem o que no jargão jornalístico, chama-se “repercussão”. A chamada repercussão só ocorre quando o fato classificado como “notícia” sai em um veículo de prestígio como os jornais “Folha de S. Paulo”, “Estado de S. Paulo”, “O Globo”, o “Jornal do Brasil” na época, as revistas “Veja”, “Isto É” e “Época” e, sobretudo, em telejornais televisivos, especialmente o “Jornal Nacional”, da TV Globo e é repetido pelos demais. Não basta somente, portanto, ser notícia em um desses veículos, todos concentrados na região Sudeste do Brasil. O que conta é o fato de os demais veículos que se situam no mesmo patamar de prestígio e credibilidade reproduzirem a notícia, darem “suíte”, ou seja, destacarem seus repórteres a continuarem acompanhando os desdobramentos do evento jornalístico, como no caso da primeira prisão de Diolinda, dando atenção ao caso até sua suposta “conclusão”.

Estes meios de comunicação situados no Sudeste do país também possuem a peculiaridade de definirem o que será a “agenda nacional” tanto em termos de debate político como em termos de consumo de produtos culturais classificados de “artísticos”, de “entretenimento” ou mesmo no que se refere a práticas e costumes sociais. Justamente pelo fato de que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo continuarem sendo as capitais culturais e econômicas do país, é que, apesar do deslocamento do centro de poder para Brasília, são os principais veículos de comunicação destes estados os que determinam a “agenda nacional” jornalística do país, sendo, em geral, imitados pelos veículos localizados nas demais regiões.

Neste processo de construção da notícia, conta-se muito com o impacto que personalidades tornadas públicas geram nos jornalistas. É parte da técnica jornalística procurar sintetizar fatos em personalidades. Diolinda havia cativado a curiosidade jornalística em 1995. Em 2003, ela já não era “novidade” ou as lentes jornalísticas não se interessaram em se aproximar deste fato para descobrir as singularidades que esta prisão poderia ocultar.

Na época da primeira prisão de Diolinda, as lutas do MST em um estado altamente industrializado como São Paulo eram novidade para estes jornalistas, embora elas ocorressem desde o início da década de 80, próximas inclusive de centros urbanos como Campinas, tendo originado um assentamento em Sumaré, município da região metropolitana desta cidade. Em 1995, marcava-se um novo patamar para a luta do MST, a partir de seu III Congresso realizado em Brasília, quando foram recebidos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi a partir dali que este movimento, originado dez anos antes no Sul do país, passou a ser objeto de interesse mais intenso por parte de jornalistas que trabalhavam nas sucursais paulistas dos principais jornais brasileiros. Diversos repórteres disputavam entre si os possíveis “furos” - visando uma conseqüente projeção profissional - gerados por pautas envolvendo os líderes

sem-terra que, na época, promoviam grandes acampamentos e ocupações na região do Pontal do Paranapanema, área de grandes fazendas formadas em terras devolutas.

Região mais atrasada de São Paulo, estado que - junto com o Rio de Janeiro - concentra o poder econômico e simbólico dos meios de comunicação, o Pontal do Paranapanema tornou-se o ponto nevrálgico da luta pela reforma agrária durante o governo Fernando Henrique Cardoso. As terras devolutas desta região, griladas ainda no século XIX, projetaram a questão agrária brasileira justamente em um ponto onde curiosamente construiu-se uma enorme cortina de silêncio social no país, que são as propriedades irregulares, forjadas em cartórios. No caso do Pontal, em 1995, dos seus cerca de 1 milhão de hectares, 20% eram privados. Outros 40% eram terras decretadas devolutas, ou seja, eram propriedades do governo paulista. Os 40% restantes ainda não tinham definição da Justiça, em um processo que poderia durar até 20 anos para ser julgado. Naquela época, um levantamento em satélite realizado pelo Inca demonstrou que boa parte das terras da região eram improdutivas. Essa informação, segundo matéria publicada no jornal “Folha de S. Paulo” (3/02/1997), não estava sendo divulgada para evitar novas “invasões”.

Em 2003, com mais assentamentos e atuação de outros movimentos sociais, além do MST, a região continuava sendo objeto de conflitos fundiários, e Diolinda havia sido presa no primeiro ano de presidência de um político que fora visitá-la na cadeia em 1995. Embora tenha sido objeto de algumas notícias, a terceira prisão teve pouca repercussão midiática, refletindo um processo social que possibilitava este silenciamento ou desinteresse social sobre o tema.

Em 1995 e 1996, quando o MST organizou trabalhadores rurais para ocupar as áreas devolutas do Pontal, a situação da região foi divulgada nacionalmente, obtendo visibilidade e uma decisão em instância superior do Poder Judiciário brasileiro que determinou a soltura dos militantes do MST com pareceres que revelavam um avanço concreto de compreensão de setores do Estado sobre a legitimidade da luta empreendida por este movimento social para obter a realização da reforma agrária. Naquele caso, os sem-terra acabaram ganhando a luta simbólica que está no bojo de qualquer luta política, pois conseguiram transformar o senso comum que existia em relação à posse das terras daquela região, hoje publicamente reconhecidas como devolutas. Ao questionar a legitimidade da posse das terras do Pontal, entretanto, o MST estava mexendo com a ponta de um “iceberg” que poderia gerar o questionamento da posse de propriedades espalhadas por todo o Brasil.

É interessante notar que boa parte destes donos de propriedades questionáveis mora no Estado de São Paulo. Segundo o falecido ex-presidente do Inca e grande defensor da reforma agrária, José Gomes da Silva, os proprietários de terra residentes em São Paulo concentravam

em suas mãos 2,35 vezes a dimensão do Estado. Em suma, um dos desdobramentos possíveis da luta do MST no Pontal poderia ser colocar na agenda nacional a questão das irregularidades fundiárias existentes no país, geralmente concentrada nas mãos de grandes proprietários. Hoje, entretanto, esta situação nebulosa da estrutura fundiária brasileira é um dos pilares de sustentação do que hoje convencionou-se chamar de “agronegócio”. Não é por acaso que este modo de exploração agrícola foi avançando para regiões de terras devolutas como os cerrados baianos, o sul do Piauí e o Mato Grosso, este último governado neste período pelo atual “rei da soja”, Blairo Maggi, que possui 200 mil hectares em um estado cuja titularidade das terras é bastante nebulosa.

Se, para Melucci, um movimento social só é eficaz quando a inovação de valores da qual ele é portador se naturaliza na sociedade e ele deixa, inclusive, de existir, o MST, apesar de ter sido eficiente ao trazer a demanda da reforma agrária para o centro do debate político, durante o governo Fernando Henrique, trouxe-a, no entanto, de modo insuficiente e precário porque suas demandas tornaram-se facilmente neutralizáveis durante o governo do partido, o PT, com o qual mantinha mútuas relações de apoio. As três prisões de Diolinda Alves de Souza e as repercussões que elas obtiveram pontuam de forma eloqüente esta situação. Evidente que este processo foi fruto também de algumas campanhas midiáticas que procuraram deliberadamente desmoralizar o MST em matérias desqualificadoras nas páginas de jornais e revistas do centro do país, com atenção especial às da revista *Veja*⁶. Também deve-se destacar a repercussão negativa ocasionada pela invasão da sede da fazenda da família de Fernando Henrique Cardoso, em março de 2002.

Evidentemente que, resvalando ou não moralmente como no caso da fazenda em Buritis-MG, justamente por procurarem romper os limites de compatibilidade do sistema, os sem-terra de um movimento altamente organizado como o MST tendem a ser alvos de campanhas midiáticas deste caráter, como o eram seus companheiros operários do século XIX e XX, se não forem objeto do tal “estrondoso silêncio” da mídia brasileira, que muitas vezes segue a cartilha pregada pelo articulista do *La Revue des travaux publics*, em 1883. Isto até os sem-terra conseguirem difundir sua nova cultura, um novo senso comum em torno de um outro modo de apropriação da terra no Brasil. Mesmo a desarticulação e o esquecimento a que correm risco não tem o poder de fazer adormecer indefinidamente nos vãos da história uma

⁶ Entre as matérias emblemáticas que caracterizaram este período de “fim de namoro” da mídia com o MST, estão a série de reportagens, também publicadas, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de autoria de Josias de Souza, centradas nos chamados “pedágios” compulsórios que os assentados tinham que pagar à organização, retirados dos créditos de produção liberados pelo governo, e a edição da revista *Veja* (3 de junho de 1998), que trazia na capa a foto do líder do Movimento, João Pedro Stédile, sob uma iluminação vermelha, com o título “A esquerda com raiva”⁶.

demanda assim tão profunda e popular no país, cuja expressão mais eloqüente foram as levadas de sem-terras que acorreram aos acampamentos do MST em 2003, na espera de que o governo Lula fizesse, enfim, a tal reforma agrária.

Essa aparente fragilidade da posição do MST frente às decisões e iniciativas do atual governo deve-se, em grande parte, à importância que a produção agrícola das grandes propriedades rurais têm para a economia brasileira na atualidade, hoje reconhecida socialmente como « agronegócio ». Mas, embora a vontade política expressa pelo MST, que se concretizaria em uma reforma econômica e não só agrária, viva hoje um bloqueio político, dada a dependência da economia brasileira de saldos na balança comercial, é importante dar-se conta que lida-se atualmente com uma inércia senão com uma antipatia da opinião pública brasileira com relação a esse tema. É fato, entretanto, que o MST havia conseguido construir um elo com este particular “discurso público”, sobretudo na época da “Marcha a Brasília”, ocorrida em 1997. Para Melucci, este discurso não pode ser entendido apenas como o produto das mídias, ou seja, como produto dos “objetivos e interesses dos grupos de poder e dos aparatos políticos”, mas também deve incluir com um papel “não subalterno” os profissionais que atuam na área, bem como “as escolhas dos consumidores de comunicação”. No caso brasileiro, deve-se incluir as novelas como elementos constitutivos deste discurso público, e até neste quesito a questão agrária foi contemplada na época das primeiras prisões de Diolinda, com uma no horário nobre da TV Globo abordando essa temática, a “Rei do Gado”.

Mas em 2003, a situação já estava diferente. Pode-se inferir desse contexto que para um partido que está no poder e que apresenta indícios claros de estar imbuído do projeto de se manter no poder, o fato de neutralizar a força política que historicamente lhe apoiava indica também que, deixá-la de lado, não lhe trará grandes prejuízos políticos. Isto é paradoxal se levarmos em conta, como observa Martins (2004), que o PT valeu-se largamente do MST para produzir uma imagem negativa do governo Fernando Henrique Cardoso e de sua política agrária, para “produzir-se como partido salvacionista, orientado por uma mística messiânica e mesmo milenarista”. Mesmo costurando uma certa conciliação como o MST através do repasse de verbas públicas para a educação no campo, o governo Lula aparentemente não tem condição política ou interesse de atender as demandas de reforma agrária expressa não só pelo Movimento Sem Terra como por outros movimentos sociais do campo e pelos trabalhadores brasileiros que a consideram uma saída para a pobreza e a violência que enfrentam nas periferias urbanas. Isso ocorre provavelmente porque a opinião pública (que inclui produtores e consumidores de informação) ao selecionar os assuntos que lhe dizem respeito, no meio de uma profusão ensurdecidora de informação, escolhe, de certo modo, não prestar atenção na

inovação cultural, social, política e econômica proposta pelo MST, que visa desafiar a ordem e o saber que sustentam a visão de mundo social baseada na concentração da propriedade da terra, e que, por esta razão, não consegue se enraizar no imaginário social brasileiro. Cabe, quem sabe, aos sem-terra voltarem a cativá-la novamente, furando mais esse bloqueio.

Bibliografia:

- Bourdieu, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*, 1989, Champagne, Patrick. *Formar a opinião*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- Gramsci, Antonio. “Maquiavel, a política e o estado moderno”. In: *Obras Escolhidas*, São Paulo, Martins Fontes, 1978. pp.147-236
- Gramsci, Antonio. “Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico”. In: *Obras Escolhidas*, São Paulo, Martins Fontes, 1978. pp.21-39
- Martins, José de Souza. “A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso”. *Tempo Social (Revista de Sociologia da USP)*, vol 15, nº2, p.141-175, 2004.
- Melucci, Alberto. *Challenging codes. Collective action in the information age*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- Melucci, Alberto. *A invenção do presente*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- Offe, Clauss. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984. pp.56-118.
- Perrot, Michele. “O primeiro de maio na França (1890): nascimento de um rito operário”. In: *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988. pp.127-164
- Santos, Boaventura de Souza. “Os horizontes são humanos: da regulamentação à emancipação”. In: *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez. 2000. pp.261- 327
- Santos, Boaventura de Souza. “Subjetividade, cidadania e emancipação”. In: *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez, 1995.
- Tarrow, Sidney. “*Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics*”. New York, Cambridge University Press, 1994.